

O Processo de Adoção Estrangeira e Inter-Racial: Uma Análise sobre a Formação Vincular

Danielly Passos¹

Marcela Cavallari²

Isabel Cristina Gomes³

Resumo

Esse artigo visa discutir as questões de vinculação no processo de adoção estrangeira inter-racial segundo um estudo reflexivo teórico; tomando por base a análise documental de uma notícia veiculada na mídia brasileira a respeito de uma adoção nessa modalidade por um casal de atores. A adoção inter-racial continua necessitando de investigações com o intuito de desmitificar preconceitos e transpor barreiras entre as diferentes etnias, além de possibilitar um lugar de reconhecimento para a família multirracial. A psicanálise vincular mostrou-se de grande contribuição, sobretudo por propor um novo entendimento dos processos intersíquicos envolvendo sujeito e família, bem como a formação de vínculos entre eles. Conclui-se, nesse caso ilustrativo, apesar das diferenças étnico-culturais, há uma possibilidade de remalhagem dos laços vinculares, uma vez que é outorgado à criança adotada um lugar no desejo daqueles que a adotam. Assim, o pertencimento é construído sobre a primazia afetiva e respeitando a alteridade.

Palavras-Chave: adoção inter-racial; família; vínculo.

The Process of Foreign and Interracial Adoption: An Analysis of Linking Formation

Abstract

This article aims discusses the linkage issues arising from interracial foreign adoption process a throughout theoretical study, based on news from the Brazilian media regarding the adoption under said modality by a couple of actors. The interracial adoption still needs further investigation to demystify prejudices and overcome barriers among different ethnicities, as well as to provide a place of recognition for the multiracial family. Linkage psychoanalysis has shown a significant value, especially because it allows a new understanding of the inter-psychic processes that take place between the individual and the family, as well as the formation of links between them. In conclusion, in this illustrative case, there is a possibility of remolding the family bonds, despite the ethnic-cultural differences, once it is given to the adoptive child a place in the desire of the parents. Thus, the belonging is built on affective primacy and respecting the altherity.

Keywords: interracial adoption; family; link.

¹ Psicóloga Clínica, Pós- doutoranda no Departamento de Psicologia Clínica, IPUSP.

² Psicóloga Clínica, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, IPUSP.

³ Psicóloga, Psicanalista, Livre-Docente e Profa. Titular do Departamento de Psicologia Clínica, IPUSP.

Famílias: do instituído ao novo

A família sempre foi vista como o grupo relacional que se configura e se vincula a partir de laços consanguíneos, afetivos e da transmissão geracional garantindo o equilíbrio entre o individual e o plural do qual todo sujeito precisa para construir sua identidade. A família dita *contemporânea* ou *pós-moderna*, que se consolida a partir dos anos 1960, tem como protagonista o par conjugal que tende a unir-se ao longo de uma duração relativa, onde ambos os indivíduos buscam relações íntimas e de satisfação sexual (Roudinesco, 2003).

As mudanças que têm ocorrido ao longo das últimas décadas não somente apontam para uma nova forma de conjugalidade como também para novas configurações familiares, como é o caso das famílias homoparentais, monoparentais por escolha e adotivas. Aqui vale uma ressalva, pois no passado eram somente os casais heterossexuais que buscavam a adoção sendo que esse tipo de vinculação era visto como um desvio frente à normalidade da filiação biológica (Schettini, Amazonas, & Dias, 2006). Na contemporaneidade, por outro lado, observamos uma valorização da vinculação de parentesco por aliança afetiva, o que aumenta o status da filiação por adoção. “Este novo paradigma nas relações de parentesco vem sendo explicitado nas frequentes discussões sociais, representando e constituindo a aceitação social da legitimidade da filiação afetiva” (Machado, Féres-Carneiro & Magalhães, 2015, p. 443).

Foucault, na obra “A História da Sexualidade” (1976/1997) tece reflexões contundentes a respeito do discurso sexual e de seus alcances sobre os indivíduos. Segundo ele, as regulações e interdições da sexualidade na sociedade têm relação com a repressão, com a moral e os valores cristãos em conformidade com o sistema capitalista. A sexualidade tornou-se um aparato de controle dessa engrenagem, sendo necessário economizar nos prazeres para garantir a produtividade e aumentar o nível de poder dos governos mercantis, natalistas ou antinatalistas, sobre suas populações (Foucault, 1976/1997). O dispositivo familiar, por seu caráter heteromorfo em submissão aos mecanismos de poder, serviria de suporte ao controle malthusiano dos povos e também à medicalização do sexo e à psiquiatrização das expressões sexuais não genitais. Portanto, perpassa toda a obra de Foucault um forte questionamento à heteronormatividade e ao modelo familiar tradicional patriarcal, que, no seu entender, sempre privilegiou os vínculos consanguíneos.

Passos (2005), por sua vez, propôs que as novas maneiras de ser família fossem concebidas a partir de uma ética capaz de abranger as demandas afetivas dos sujeitos nelas envolvidos. Esta ética necessitaria estar ancorada, deste modo, nas mais variadas formas de conjugalidade, parentalidade e filiação, as quais configuram um contexto familiar fundamentado nos laços de afeto. A *parentalidade* refere-se então à nomeação de vínculos de parentesco e processos psicológicos que se desenvolvem a partir destes, sendo a principal função parental, garantir a construção de subjetividade ao(s) filho(s) (Rodriguez, Merli & Gomes, 2015).

Na psicanálise clássica, com ênfase na psique individual, vincular-se ou se relacionar faz referência mais a conteúdos ou objetos internos, com ênfase no mecanismo psíquico – intrassubjetivo. Segundo Benghozi (2010), o vínculo de filiação diz respeito, em nível vertical e

diacrônico, aos antecedentes de pais, avós, até a figura do ancestral – e aos descendentes – filhos, netos e até mesmo àqueles ainda não nascidos da filiação. O autor ainda ressalta que o vínculo de filiação concerne especificamente à aliança conjugal, sendo tal vínculo o determinante do pertencimento a algum grupo: como instituição ou comunidade. O vínculo social, de afiliação psíquica, apoia-se na realidade sociológica de inserção num espaço grupal compartilhado. O vínculo de afiliação não necessariamente está baseado nos laços consanguíneos, podendo emergir a partir do investimento libidinal de cada membro do grupo. Nesse sentido, o vínculo de afiliação constitui o que se denomina de mundo familiar comum. Este corresponde aos sentimentos de pertencimento a uma coletividade e implica uma sensação de continuidade, de permanência.

A partir da análise de materiais veiculados na mídia brasileira, esse artigo abordará as possibilidades de vinculação, enfatizando o pertencimento e a alteridade, tendo como pano de fundo uma adoção inter-racial e estrangeira de uma menina africana de três anos por um casal heterossexual brasileiro. Tomando como fundamento o referencial teórico da psicanálise vincular – que permite uma ampliação no estudo das modalidades vinculares – buscaremos refletir acerca das possibilidades dos sujeitos do grupo familiar de entrar em contato com a diferença e de consolidar um processo de adoção, constituindo novas tramas vinculares.

A adoção inter-racial e estrangeira

Os procedimentos de adoção previstos pela Constituição Brasileira são ainda hoje amplamente discutidos, tanto pelas instâncias de poder que se comprometem a garantir o direito à convivência familiar, e ainda “assumem o compromisso para assegurar à criança e ao adolescente o direito e a oportunidade de pertencimento familiar”, conforme proposto na Lei 8.069/1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); quanto pelas famílias pretendentes seja pelos desejos envolvidos no processo de adoção, ou pelas questões referentes às famílias homoafetivas que provocam mudanças no modelo heteronormativo (Rodriguez & Gomes, 2012).

Quanto aos fundamentos éticos da adoção, esses pressupõem que todos os direitos devem ser preservados, se constituindo no dever do ato de vincular a criança desamparada a uma nova família, com os mesmos direitos de um filho biológico. Para Alvarenga e Bittencourt (2013), “um projeto de adoção revela, além do desejo explicitado de ter um filho, necessidades específicas de cada sujeito, reflexos de suas histórias psíquicas, que repercutirão na relação a ser estabelecida com a criança” (p. 43).

São muitos os motivos que levam um casal a adotar uma criança, implicando em questões de infertilidade, morte de um filho biológico, medo de uma gravidez ou ainda o argumento de que “há muitas crianças necessitadas” no mundo (Levinzon, 2006). Os pretendentes à adoção se deparam ainda com outros questionamentos, como o desejo de uma criança recém-nascida para se assegurarem de que a educação minimize os fatores genéticos; o desejo por filhos com fenótipos parecidos, facilitando na identificação familiar e ainda o desejo por filhos saudáveis (Levinzon, 2006). Para Gomes (2016), o desejo de ter um filho manifestado conscientemente nada revela do desejo inconsciente na origem da esterilidade psicogênica, além disso, os novos arranjos familiares

dimensionam a maternidade e a paternidade como construções simbólicas que vão além do biológico instituído.

A adoção inter-racial e estrangeira já vinha sendo explorada desde os tempos após as Guerras da Coréia, Vietnã e Camboja, além de outros países asiáticos, havendo uma invasão na mídia americana pelo fenômeno das crianças abandonadas além-oceano. “Depois da guerra, surgiram muitas imagens que foram usadas para construir um suporte para organizações como UNICEF e para apoiar a crescente prática de adoção transnacional” (Briggs, 2003, p. 185, tradução nossa).

Recentemente uma série de ações humanitárias em torno da adoção foram sendo propagadas, algumas estreladas por astros americanos, como é possível perceber no documentário “Casa de Los Babys” (2003) de John Sayles. O cineasta explora a questão do mercado criado por detrás da adoção estrangeira inter-racial, envolvendo algumas celebridades de Hollywood como Madonna, Meg Ryan e Angelina Jolie. A questão da adoção estrangeira gerou inúmeras discussões no Brasil acerca de uma espécie de *especulação* de crianças, sendo o quarto país na posição de maior número de doações para candidatos estrangeiros há algumas décadas, devido ao fato desses pretendentes não imporem exigências a respeito do padrão da criança esperada. Desde então, foram implementadas novas leis a fim de reduzir esse indicativo e estimular um maior acompanhamento das famílias pretendentes dentro do próprio país.

Atualmente, o artigo 31 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece a colocação da criança em família substituta estrangeira como medida excepcional, cabível somente para fins de adoção. Além disso, o país de acolhida precisa, assim como o Brasil, ser signatário à Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de 29 de maio de 1993, conhecida como Convenção de Haia. A proposta estabelece que na ausência de pretendentes habilitados residentes no país com perfil compatível e interesse na adoção da criança inscrita no cadastro, será realizado o encaminhamento imediato do menor à adoção internacional. No mais recente relatório, elaborado pela Equipe Adoção Brasil e divulgado pelo Cadastro Nacional de Adoção (CNA), constam 7.290 crianças e adolescentes à espera de uma vinculação, ao passo que na fila de pretendentes temos o montante de 38.320 famílias brasileiras, uma vez que esse indicativo vai sendo modulado conforme as exigências da família pretendente em relação à criança, como raça, sexo, idade, gemelaridade e número de irmãos. Em relação à raça, os dados revelam que 20% dos pretendentes somente aceitam crianças da raça branca e 43,8% aceitam todas as raças. Na modalidade de adoção estrangeira, contamos com o total de 285 pretendentes, sendo que 92,63% afirmam aceitar todas as raças.

Percurso metodológico

Aqui tomamos como material para uma análise documental, notícias divulgadas em sites da internet sobre a suposta adoção por um famoso casal do Rio de Janeiro - influente na mídia brasileira - de uma garotinha de três anos, descendente da tribo de Malawi, na África, que denominaremos ficticiamente de Cecí. Para Figueiredo (2007), a utilização de documentos na pesquisa, sejam eles escritos e não escritos, como filmes, vídeos, arquivos em mídias eletrônicas, fotografias, pôsteres,

entre outros, podem ser utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que fornecem seu conteúdo para elucidar determinadas questões de interesse do pesquisador. Para a busca foram utilizadas palavras chaves relacionadas ao caso, priorizando-se como material de análise as notícias mais recentes a respeito do momento da adoção, lidas na íntegra e provenientes de sites com maior confiabilidade, excluindo-se as notícias sensacionalistas e evasivas. Além disso, as redes sociais oficiais (Instagram) dos envolvidos no caso nos serviram como fonte de busca de informações, onde pudemos ter acesso às falas, comentários e fotos que retratam essa história.

Procuramos compreender o material coletado a partir de uma leitura flutuante dos dados, seguida da seleção de documentos mencionados acima, o que nos permitiu a formulação de hipóteses e objetivos, de acordo com os critérios metodológicos de Santos e Falcão (2017). Portanto, como decorrência da análise dos dados, teceremos reflexões sobre a construção vincular nesse tipo de família aonde a diversidade social, cultural e racial será o ponto central. Dado o fato de que a história e seus protagonistas serem de domínio público, as questões de sigilo (que permeiam os estudos de casos tradicionais) perdem sua relevância. Por outro lado, o uso desse recurso midiático tem como finalidade apenas ilustrar os apontamentos teóricos e permitir uma discussão aprofundada sobre esse tipo de adoção, sem o intuito de promover qualquer tipo de diagnóstico ou prognóstico sobre os sujeitos reais e suas vivências familiares.

Para Miranda (2010), as produções culturais se baseiam nas representações coletivas e podem expressar o imaginário da época, bem como inaugurar novas subjetividades. Dessa forma, justifica-se a escolha de um material midiático que permite a exploração de conteúdos emocionais (inconscientes e conscientes) e experiências vivenciais familiares presentes na vida de qualquer indivíduo e também na clínica, seja ela individual ou familiar.

Uma história de adoção

De tempos em tempos, como uma onda, surgem campanhas de entidades de ajuda humanitária na África, entre elas a Organização Não Governamental (ONG): *A Little Dresses for Africa*, envolvida no caso aqui exposto. Essa organização presta assistência para crianças órfãs de pais vítimas da pandemia da AIDS no continente africano, com a iniciativa de uma americana que mobilizou a doação de 4,5 milhões de pequenos vestidos para que as meninas fossem incentivadas a se empoderar de sua dignidade.

O casal conjugal do presente estudo está presente massivamente na televisão popular brasileira, sendo também ícones de campanhas publicitárias nacionais e internacionais. As fotos publicadas nas redes sociais, dos envolvidos, revelam que eles são ativistas dessa ONG. Apesar da especulação em torno do caso e das evidências serem restritas, devido à falta de confiabilidade daquilo que é veiculado pela mídia, utilizaremos algumas das manifestações divulgadas nas redes sociais como pano de fundo para a reflexão maior que estamos propondo acerca da adoção inter-racial e estrangeira.

Começamos levantando a questão acerca dos motivos ou motivações que levam um casal heterossexual, ambos de pele e olhos claros, a quererem adotar uma criança de outra etnia, levando-

se em consideração o lugar midiático que ocupam. Há quase um ano vinham sendo veiculadas notícias sobre o suposto trâmite de adoção estrangeira em Malawi, e mesmo antes de ter sido confirmada oficialmente, causou comoção nos meios de comunicação de massa. Nas redes sociais do casal estão disponíveis diversas fotos que mostram o envolvimento deles em ações junto a ONG, alcançando um número médio superior de 47,3 mil *curtidas* por foto.

Após uma onda de boatos e sensacionalismo, foi divulgada pela assessoria de imprensa oficial do casal a adoção de uma menina de três anos de idade descendente da tribo sul-africana. A menina, que apresenta o fenótipo típico dos descendentes dessa tribo, e após sua vinculação à nova família, já tem fotos circulando pelas redes sociais. Recentemente a família foi alvo de racismo virtual, no qual uma adolescente de 14 anos usou a internet para emitir comentários discriminatórios, referindo-se a cor da pele da menina. Foi prestada queixa à polícia carioca, que após um mês de investigações conseguiu a confissão da adolescente envolvida (Rouvenat, 2016). Em defesa do ataque sofrido, o casal postou em sua rede social diversos discursos contra o racismo, em defesa do povo africano e lançou-se da frase de Nelson Mandela: “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar” (G. Ewbank, comunicação pessoal, 13 de novembro de 2016).

Esse caso nos leva a refletir sobre a complexidade de fatores envolvidos na formação do vínculo da garota adotada com o casal, pois além de ser permeado por uma série de diferenças étnico-culturais chama atenção a postura ideológica dos adotantes. Como um casal jovem e de aparência saudável parecem mais dispostos a defender uma causa, o que associamos a um movimento contemporâneo de valorizar as diferenças, as minorias e a busca pela igualdade. Também mobilizam a opinião pública introduzindo outro padrão para a adoção, no qual há uma valorização das novas configurações familiares, cujo mote é a vinculação afetiva; quase que suplementando os vínculos biológicos que sempre foram o alicerce da noção de pertencimento familiar.

Entretanto, são muitos os desafios a serem enfrentados quando se indaga o processo de construção vincular nesse grupo. Ressaltando-se que o impacto da língua, neste caso, é amenizado pelo fato de ambos os países envolvidos serem lusófonos. Porém, podemos encontrar outros choques possíveis, como a diferença entre as raças, a cultura de um novo país, a realidade socioeconômica e a própria exposição na mídia.

A vinculação e suas possibilidades

Freud (1914/2006) já considerava que o sujeito inicia seu processo de individuação no seio da família e afirmava que ele se encontra dividido entre suas próprias necessidades e a cadeia da qual faz elo involuntariamente, tornando-se portador de uma herança. Imersa no romance familiar, a criança passa a ser investida a partir das reminiscências do narcisismo dos próprios pais, vindo a concretizar os sonhos dourados que estes não puderam realizar. Freud (1914/2006) declarava: “O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetual, inequivocamente revela sua natureza anterior” (p.

98). Esse tipo de amor pode ser considerado uma das motivações para o desempenho da *parentalidade*, construída tanto por consanguinidade, quanto por aliança, independente de procriação genética para sua manifestação (Passos, 2007). Desse modo, aquilo que é transmitido no interior da relação pais e filhos é entendido como uma possibilidade que os sujeitos têm de, por meio de identificações, se constituírem dentro de um grupo que outorga lugares, ou ainda os aprisiona na teia familiar.

Kaës (2011) prossegue a investigação freudiana e parte da premissa de que o social reflete na psique individual. O sujeito passa a responder a três instâncias interferentes entre si: o inconsciente, a herança e o grupo. Apesar das alianças inconscientes que o sujeito forma com o seu grupo serem fortes o bastante para mantê-lo em constante engendramento com cada parte do todo, servindo como um cimento da própria matéria psíquica, estas podem ser elaboradas para permitirem que novos significantes tomem o lugar de seus predecessores. O autor propõe que o sujeito do inconsciente é o sujeito do vínculo e explora a composição de um *Aparelho Psíquico Grupal*, que poderia dar conta do processamento psíquico necessário numa situação de grupo, enfatizando em seus estudos como intersubjetividade marca o psiquismo. Nesse sentido, os sujeitos envolvidos num processo de adoção podem, através dos mecanismos grupais, estabelecer seus vínculos partindo de uma premissa na qual a primazia do biológico não é garantia para o sentimento de filiação. Sentimento esse que é gestado no espaço vincular.

A psicanálise vincular argentina passa a considerar a noção de *pertencimento*, dada pelos investimentos libidinais, além da própria filiação, aliança e consanguinidade. O vínculo é uma zona de encontro entre dois ou mais sujeitos, uma estrutura inconsciente que os liga numa relação de presença, constituindo-os como sujeitos do vínculo. Porém, como a estrutura vincular é inconsciente, seu registro dá-se apenas pelo sentimento de pertença do sujeito, que designa a ocupação de um lugar na estrutura vincular. A pertença não é definida *a priori*, e precisa ser constantemente reconhecida pelos outros, assim como renovada pelo próprio sujeito. Este necessita justificar seu lugar na estrutura vincular, e o faz a partir de investidas simbólicas possessivas, mantendo seu status de presença e também de investidas simbólicas referenciais, acreditando compartilhar representações, fantasias, objetivos e sonhos/projetos com os outros sujeitos vinculados (Berenstein, 2003; Puget, 2000). Na família adotiva esse engendramento dos sujeitos em torno do vínculo é de fundamental importância, uma vez que a criança adotada carrega em si marcas de um abandono e necessita, portanto, validar-se constantemente desse novo vínculo.

Berenstein (2001) considerava que a subjetividade não é somente determinada pelo pulsional, por via das identificações e das relações de objeto, mas também através de cada vínculo significativo que o sujeito estabelece. E concluía ainda que é no vínculo que é possível engendrar uma *relação de sujeito* distinta da *relação de objeto*. Na relação de sujeito, o sujeito é preexistente ou pré-determinado, mas constituído no processo relacional. Há, portanto, um sujeito novo instituído no vínculo: um sujeito da mudança, um tornar-se que é o resultado de uma abertura para o acontecimento e de um não aprisionamento na repetição. Isso ocorre porque o pertencimento, ao ser reconhecido pelo sujeito que, por sua vez, recebe o reconhecimento dos outros sujeitos vinculados,

implica obrigações e direitos. Isso permite a cada integrante desse grupo construir e validar seus desejos com uma suficiente diferenciação entre o que é seu e o que é do outro.

Benghozi (2005), um autor que explora a particularidade do que chama de laço, afirma que sua característica é a de ser o suporte da transmissão psíquica consciente e inconsciente. O laço é ritualizado, e o ritual assegura a transmissão do mito fundador do grupo de pertencimento. O mito se define como um conjunto das crenças partilhadas pelos membros do grupo, passível de definir e de circunscrever os limites fora-dentro do pertencimento grupal. Com o mito fundador, o ideal do eu organiza as fronteiras de interioridade e de exterioridade do continente psíquico grupal, do laço de inclusão e do laço de exclusão e da identidade de pertencimento. Sendo o laço ritualizado, é possível que se trabalhe na sua tessitura para que, nos casos das famílias adotivas, haja uma reelaboração e integração entre aquilo que é da cultura de origem do sujeito adotado e aquilo que ele receberá de herança de seus novos pais, tanto a nível intrapsíquico, como cultural, como os novos hábitos, um idioma diferente e outros costumes.

Em relação ao processo de vinculação nos casos de adoção estrangeira, Levy (2009) nos aponta que nessa modalidade de adoção, a criança, ao se deparar com outro país, com uma língua e uma cultura diferentes precisará encontrar recursos internos para organizar sua identidade. Dessa forma, ela vivenciará um luto por suas identificações primitivas e, assim, então poderá experimentar algo que se assemelha a um novo nascimento: uma fase de ilusão criadora. Como no idílio entre pais e filhos, com imensas expectativas de satisfação narcísica, finalmente tornando-se a criança convertida em majestade sob olhar amoroso dos pais, a qual deverá se apropriar de um mandato transgeracional, fundado na trama do narcisismo parental. Essa nova família passará a funcionar, então, como um continente para suas angústias, capaz de investir a criança, dando-lhe condições de reconstruir os vínculos primários e de reorganizar sua imagem, a partir de novos modelos identificatórios. A nova família passa a operar como um continente com condições suficientemente boas para que a criança reviva momentos de seu desenvolvimento, ainda que com fases de regressão, exposta a menos riscos de desestabilização emocional. Muitos pais que fizeram uma adoção internacional procuram estimular os laços dos filhos com o país de origem por meio de um contato regular com grupos de apoio e com outras famílias que adotaram crianças do mesmo lugar, com a mesma cultura e a língua do filho adotado. Entretanto, em alguns casos pode ocorrer que a criança apresente um esquecimento da língua materna, numa tentativa de manter o vínculo com os pais adotivos, além de uma rejeição pela sua cultura num ato que se configura como um ressentimento pelo abandono de seus pais biológicos (Levy, 2009).

Desse modo, podemos entender o vínculo como uma estrutura a ser tecida entre os sujeitos de um grupo familiar, não sendo a égide biológica uma garantia para que se configurem vínculos saudáveis, uma vez que eles devem se constituir principalmente sob a base da afetividade e não apenas pela consanguinidade. Nos casos de famílias adotivas, a construção do vínculo poderá ser verificada no *après-coup* do processo de adoção, sendo esse investido inicialmente a partir do desejo dos adotantes e da criança adotada, motivados por diferentes fatores, para posteriormente ganharem um lugar no desejo da criança enquanto figuras de afeto e confiança.

Discussão

O caso ilustrativo nos serviu de pano de fundo para abordar a questão da vinculação em adoções estrangeiras e inter-raciais, valendo-se de um consistente suporte na psicanálise vincular, uma vez que essa considera os fenômenos transpsíquicos e avalia o lugar da criança adotada no grupo familiar em que é reinserida.

Se por um lado ainda vivemos em uma sociedade que valoriza a consanguinidade na garantia dos vínculos, por outro, estamos permeados por uma realidade de novas configurações familiares e uma diversidade de motivos frente à adoção que exigem uma ampliação dos padrões filiativos. Com isso, buscamos discutir como uma menina de três anos, de descendência africana, poderá se reconhecer no interior de uma família com fenótipos, costumes e etnia diferentes dos seus, conduzindo-nos a aprofundar a temática das novas formas de vincularidade, o que nos aproxima do pensamento de Rodriguez e Gomes (2012) que afirmam que a filiação psíquica, atravessada pelas realidades intrapsíquica e intersubjetiva, pode ser construída a partir das relações parento-filiais de uma família que não necessita de uma vinculação biológica para existir.

A noção de vínculo, segundo Berenstein (2001) sempre poderá encontrar uma possibilidade de *remalhagem* a partir dos laços familiares, podendo haver um sujeito novo, sujeito da mudança, como resultado do acontecer da experiência e da recusa da repetição. Nesse caso, apesar de toda a experiência traumática que Ceci vivenciou no continente africano, de acordo com a psicanálise vincular, ela terá condições de encontrar no casal de pais adotivos, ainda que com as diferenças étnico-culturais, uma rede de apoio para explorar seu psiquismo. Esse processo deve envolver um tempo de elaboração: tanto para que haja a adaptação a um novo ambiente, quanto pela via inconsciente dos conteúdos herdados de sua história. Assim como o que ocorre para a cicatrização de uma grande queimadura, é preciso respeitar as crostas, que podem permanecer. No entanto, a não elaboração da perda de pessoas, objetos, lugares, idioma, cultura, hábitos, poderá prejudicar o estabelecimento de um sentimento de identidade, da autoimagem construída ao longo da vida, por meio da qual o sujeito se apresenta aos demais (Levy, 2009).

A família adotiva deverá apresentar a capacidade de funcionar como um arquivo de memória entre a história de origem e a história pós-adoção, para que possa contribuir de forma decisiva na saúde psíquica da criança adotada. Somente a partir do processo de adaptação, onde a criança conseguiu integrar suas origens com as heranças das memórias das famílias adotivas, terá recuperado a capacidade de reescrever sua história (Levy, 2009).

Nesse sentido, apesar das diferenças decorrentes da não consanguinidade, Ceci poderá, a partir do lugar que lhe foi outorgado no desejo do casal conjugal, se constituir na base da alteridade. Ou seja, mesmo com o arcabouço de transmissões inconscientes de seus antepassados - que atravessa gerações - será possível fazer-se elo de uma nova cadeia de gerações. Granjon (2000) aprofunda a noção de transmissão psíquica, entre e pelas gerações, associando-a ao mito do progresso, um dos mitos fundadores e fundamentais de nossa sociedade, e assinalando a continuidade e a evolução para cada indivíduo e para o grupo. Nessa transmissão, há uma urgência e uma obrigação, relativa à continuidade evolutiva de uma geração para a outra, o que possibilita que a geração que surge não

'parta do zero' e que cada indivíduo tome um lugar de herança dentro dela. Kaës (2011) nos aponta ainda que o que se transfere e se transmite no espaço psíquico de outro, ou de mais de outro, no espaço intersubjetivo, constrói os vínculos, ainda que adquira o caráter de depositário de um conteúdo não dito e não elaborado no legado das famílias, marcado por um negativo que atravessa.

O desejo por um filho adquire outra dimensão no caso da adoção por parte de celebridades. Um documentário rodado nos Estados Unidos, na década de oitenta, discutia as ações da cantora Madonna em Malawi (dirigido por Rissman, 2008), levando os espectadores à conclusão de que há uma motivação também política e ideológica na realização de uma ação humanitária mediante esse tipo de adoção. Isso, sobretudo, em pessoas provenientes do meio artístico, pois elas, ao tentar mobilizar a sociedade em prol dos continentes mais carentes, marcam uma posição que, consciente ou não, é convertida num modelo a ser repetido ou imitado. A título de exemplo podemos citar também o ex casal norte-americano Angelina Jolie e Brad Pitt, que adotou três crianças em diferentes países e são embaixadores de diversas causas sociais.

Além disso, outra suposição a respeito da escolha por uma adoção estrangeira, pelo casal de brasileiros, pode estar relacionada ao tempo levado no processo de adoção nacional, com uma grande fila de pretendentes, conforme nos mostra o Cadastro Nacional da Adoção (CNA, 2017). De acordo com os dados apurados na região Sudeste (Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) os pretendentes ficam em média dois anos na fila da adoção para crianças com até três anos de idade. Essa é uma questão que esbarra no sistema judiciário e nas políticas de adoção vigentes no Brasil, entretanto, não se pode deixar de considerar as realidades psíquicas das crianças e adolescentes brasileiros que aguardam uma nova família para a *remalhagem* de seus conteúdos internos.

No material escolhido, alguns dos comentários feitos por fãs nas fotos divulgadas nas redes sociais do casal conjugal apontam para a questão racial presente na causa, tanto positivamente conforme explicitado na seguinte afirmação: "Que foto linda! Realmente o contraste é lindo! Sem distinção de cores... simplesmente amei!" (S.C. Kellen, comunicação pessoal, 30 de maio de 2015); quanto negativamente, com os ataques racistas disparados. Isso nos leva a refletir sobre um possível impacto no imaginário da população, gerado pela multiracialidade presente nessas configurações familiares. O que estaria relacionado também a antigos preconceitos que foram transmitidos ao longo de gerações a respeito da disparidade entre negros e brancos. O que nos leva a pensar numa situação de duplo preconceito na medida em que as famílias adotivas inter-raciais trazem o estigma da cor associado ao estigma da adoção presente ainda entre nós, pois deixa evidente a impossibilidade de uma construção filiativa biológica, quebrando com o modelo normativo familiar existente até hoje.

Contudo, se acreditamos na capacidade de remalhagem dos vínculos filiativos, em termos da filiação, que nos liga no nível genealógico a nossos ascendentes e nossos descendentes, e da afiliação, que nos define horizontalmente enquanto sujeitos com nossos pertencimentos, entendemos ser possível uma abordagem ética dos laços humanos que valorize a filiação afetiva.

Considerações finais

As novas configurações familiares da atualidade colocam em questão alguns paradoxos da sociedade e mobilizam uma série de práticas para que se alcance maior reconhecimento e igualdade de direitos, como no caso das famílias homoparentais, monoparentais por opção ou que envolvam questões étnico-culturais em processos de adoção. Os diálogos, acerca das legislações que se direcionam a esse público, ainda não estão consolidados provocando atitudes e/ou comportamentos de intolerância às minorias. Ainda acompanhamos diariamente uma série de preconceitos, raciais ou de imposição a uma norma heteromorfa, demonstrando certa inabilidade de toda uma sociedade em encarar as novas facetas dos fenômenos humanos.

Nesse sentido, estimular reflexões sobre uma sociedade multirracial deve ser prática corrente no meio científico, sobretudo para os núcleos que estudam família. Não somente pela responsabilidade com aquilo que se investiga, mas também pela enorme contribuição que se pode oferecer tanto em termos individuais quanto na constituição de políticas públicas que auxiliem um desenvolvimento humano mais pleno.

A psicanálise vincular oferece subsídios para se investigar uma metapsicologia por detrás dos processos intersubjetivos, sobretudo pelas suas proposições a respeito da vinculação e dos conteúdos transmitidos geracionalmente. Ao mesmo tempo em que esse referencial teórico traz mais complexidade para o processo de constituição subjetiva, por outro, permite uma ampliação dos conceitos para a compreensão dos laços filiativos decorrentes dos novos arranjos familiares.

Referências

- Alvarenga, L. L., & Bittencourt, M. I. G. F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: O papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando Famílias*, 17(1), 41-53. Retirado em 22/10/2016, de PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v17n1/v17n1a05.pdf>
- Benghozi, P. (2010). Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. *Psicologia Clínica*, 17(2), 101-109. Retirado em 2/06/2017, de Pepsic (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v17n2/v17n2a08.pdf>
- Berenstein, I (2001). *El sujeto y el outro: De la ausencia a la presencia*. Buenos Aires: Paidós.
- Berenstein, I. (2003). Reflexões sobre uma psicanálise do vínculo. In A. Green (Org.), *Psicanálise Contemporânea: Revista Francesa de Psicanálise* (A. Cabral et al., trans., pp.183-198). Rio de Janeiro: Imago.
- Briggs, L. (2003). Mother, child, race, nation: The visual iconography of rescue and the politics of transnational and transracial adoption. *Gender & History*, 15(2), 179-200.
- Ciccione, M. L. & Becker, A. (Produtores) & Rissman, N. (Diretor). (2008). *I am because we are* [Filme-vídeo]. EUA: Semtex Films.
- Conselho Nacional de Adoção (2017). *Relatório do Cadastro Nacional de Adoção*. Retirado em 21/06/2017, de (Adoção Brasil): <http://www.adocaobrasil.com.br/apenas-4826-criancas-estao-disponiveis-para-adocao-no-brasil-das-46000-que-vivem-em-abrigos/>

- Figueiredo, N. M. A. (2007). *Método e metodologia na pesquisa científica* (2ª ed.). São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis Editora.
- Freud, S. (2006). Sobre o narcisismo: Uma introdução. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (T. O. Brito et al., trans., Vol. 14., p. 98). Rio de Janeiro, RJ: Imago (Original publicado em 1914).
- Foucault, M. *A história da sexualidade: A vontade de saber* (12ª ed., Vol. 1, M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, trans.). Rio de Janeiro: Graal, 1997 (Original publicado em 1976).
- Granjon, E. (2000) A elaboração do tempo genealógico no espaço do tratamento da terapia familiar psicanalítica. In O. B. R. Correa, (Org.). *Os avatares da transmissão psíquica geracional* (pp. 17-43). São Paulo: Escuta.
- Gomes, I. C. (2016) Novas formas de filiação na contemporaneidade: A reprodução assistida e a clínica psicanalítica. In R. Magdalena (Org.). *Novas fronteiras da clínica psicanalítica de casal e família* (Vol.1, pp. 159-169). São Paulo: Escuta.
- Kaës, R. (2011). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Levinzon, G. K. (2006). A adoção na clínica psicanalítica: O trabalho com os pais adotivos. *Mudanças*, 14(1), 24-31.
- Levy, L. (2009). Adoção internacional: Filiação e processo de luto. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família permanências e rupturas* (pp. 59-70). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2015). Parentalidade adotiva: Contextualizando a escolha. *Psico*, 46(4), 442- 451.
- Miranda, F. F. F. (2010). Heteronormatividade: Uma leitura sobre construção e implicações na publicidade. *Fragmentos de Cultura*, 20(1/2), 81-94. Retirado em 21/06/2017, de Seerucg (Portal de Revistas Eletrônicas PUC Goiás): <http://tede2.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/1314>
- Passos, M. C. (2005). Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*, 17(2), 31-40. Retirado em 21/06/2017, de PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v17n2/v17n2a03.pdf>
- Passos, M. C. (2007). Funções materna e paterna nas famílias homoparentais. In T. Féres-Carneiro, T. (Org.). *Família e casal: Saúde, trabalho e modos de vinculação* (pp. 269-281). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Puget, J. & Berenstein, I. (1993). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rodriguez, B. C., Merli, L. F., & Gomes, I. C. (2015). Um estudo sobre a representação parental de casais homoafetivos masculinos. *Temas em Psicologia*, 23(3), 751-762. Retirado em 21/06/2017, de Pepsic (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v23n3/v23n3a18.pdf>
- Rodriguez, B. C., & Gomes, I. C. (2012). Novas formas de parentalidade: Do modelo tradicional à homoparentalidade. *Boletim de Psicologia*, 62(136), 29-36. Retirado em 06/06/2016, de PePSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v62n136/v62n136a04.pdf>

- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rouvenat, F. (2016, dezembro 21). Gagliasso desabafa após polícia identificar suspeitos de ofender a filha. *G1 Rio de Janeiro*, online. Retirado em 07/12/2017 de G1 (Portal Globo online) <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/gagliasso-faz-desabo-apos-policia-identificar-menor-por-ofensas-a-filha-de-ator.ghtml>
- Santos, R. M. R., & Falcão, D. V. S. (2017). Peppa Pig: Um estudo sobre as relações familiares entre avós, pais e netos. *Pensando Famílias*, 21(1), 63-79.
- Sayles, J. (Produtor & Diretor) (2006). *Casa de los babys*. [Filme-vídeo]. México- EUA: Produção independente.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. A., & Dias, C. M. S. B. (2006). Famílias adotivas: Identidade e diferença. *Psicologia em Estudo*, 11(2), 285-293.

Endereço para correspondência

daniellypassos@yahoo.com.br
marcela.cavallari@hotmail.com
isagomes.usp@gmail.com

Enviado por 07/11/2017

1ª revisão 19/12/2017

2ª revisão em 02/03/2018

Aceito em 23/03/2018